

A presença do aluno com deficiência no sistema regular de ensino: mitos, estigmas e preconceitos

The presence of students with disabilities in the Regular Educational System: myths, stigms and prejudices

Dalila Viana Guimarães¹
Alderise Pereira Quixabeira²
Bárbara Araújo Carvalho³
Ruhena Kelber Abrão Ferreira⁴

Resumo: Atualmente o grande desafio da escola de ensino regular é promover estímulos e mudanças sobre romper paradigmas e preconceito, sobre os princípios sociais e pedagógicos da escola que expresse a possibilidade de repensar as práticas docentes. Para o desenvolvimento deste trabalho, buscamos responder ao seguinte questionamento: Como são recebidos, vistos e tratados os alunos com deficiência que frequentam instituições regulares de ensino? Logo, o objetivo principal desse trabalho é conhecer como se desenvolve o processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais no sistema regular de ensino, tendo como referência uma instituição pública do Município de Miracema do Tocantins. Para esta pesquisa foram utilizados os métodos de pesquisa de campo e abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu no ano de 2017, sendo realizadas um total de 16 observações. Como procedimentos de coleta de dados foi utilizada a observação participante. A análise dos dados teve início após a finalização da pesquisa de campo. Tendo por base dos dados obtidos, percebe-se que, por meio desse estudo, foi possível analisar a política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização no ensino aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Um aspecto de grande relevância nesse trabalho foi verificar que a inclusão de alunos com deficiência é possível, desde que seja muito bem estruturada e pensada, e não apenas colocar o aluno na sala. Dessa forma, é possível concluir que se pretendemos postular um trabalho na perspectiva da inclusão escolar, é preciso que se disponibilize apoio e suporte advindos dos conhecimentos específicos da área da Educação Especial.

Palavras-chave: Ensino Regular. Deficiência. Educação Especial.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5051493710435566>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7465-2587> E-mail: dalilavianaguimaraes@gmail.com

² Estudante do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS). Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5051493710435566>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7465-2587>. E-mail: alderisesp@hotmail.com

³ Estudante do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS). Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5051493710435566>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7465-2587> E-mail: barbara.ag@gmail.com

⁴ Doutor em Educação em Ciências e Saúde. Professor Adjunto II da Universidade Federal do Tocantins (UFI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5372413745002335>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5280-6263>. E-mail: kelberabrao@gmail.com

Abstract: Currently, the main challenge of regular schools is to promote stimuli and changes, as well as to break down paradigms and prejudice about the school's social and teaching principles that express the possibility of rethinking teaching practices. For the development of this work, we seek to answer the following question: How are students with disabilities who attend regular educational institutions welcomed, seen and treated? Therefore, the main objective of this work is to understand how the process of including students with special needs in the regular educational system develops, having a public institution in the Municipality of Miracema do Tocantins as reference. The methods of field research and qualitative approach were used for this research. Data collection took place in 2017, with a total of 16 observations. Participant observation was used as a data collection procedure. Data analysis started after the completion of the field research. Based on the data obtained, it can be seen that, through this study, it was possible to analyze the inclusion policy and its reflexes in the processes of socialization in teaching and the learning of students with special needs. An aspect of great relevance in this work was to verify that the inclusion of students with disabilities is possible, as long as it is very well structured and thought out, not just placing the student in the classroom. Thus, it is possible to conclude that, if we intend to postulate work from the perspective of school inclusion, it is necessary to provide support from specific knowledge in Special Education.

Keywords: Regular Education. Deficiency. Special education.

Introdução

As discussões relativas à questão da inclusão em nosso país tornaram-se bastante frequentes a partir da década de 1990 com a aprovação da nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/ 96), quando esta prevê que pessoas com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas, ocupando salas de aula de escolas públicas ou privadas que ofereçam o ensino regular comum. Atualmente, o grande desafio da escola de ensino regular é promover estímulos e mudanças para romper paradigmas e preconceitos sobre os princípios sociais e pedagógicos da escola que expressem a possibilidade de repensar as práticas docentes (ABRÃO, SOUZA, 2012).

Logo, o tema desta pesquisa versa a respeito do preconceito e os estigmas em relação a alunos com deficiência. Para o desenvolvimento deste trabalho, busca-se responder ao seguinte questionamento: Como são recebidos, vistos e tratados os alunos com deficiência que frequentam instituições regulares de ensino?

Justifica-se a escolha desse tema por dois motivos, sendo o primeiro como se processa o aluno com deficiência na rede regular de ensino, ou seja, dentro da sala de aula, perante uma sociedade que precisa rever valores e vencer o preconceito para buscar novos paradigmas. O segundo motivo que instiga a pesquisa é baseado nas vivências de parte dos autores, desde o nascimento, sofrendo com o preconceito. Neste trabalho pretendemos destacar a influência do relacionamento entre professores e alunos, verificar se algum há algum tipo de preconceito relacionado às

deficiências dos mesmos. Por meio destes apontamentos acreditamos identificar os pontos relevantes para este estudo, sendo que as informações obtidas mostrarão que a aprendizagem depende muito do relacionamento que o professor tem com o aluno.

Na Pedagogia é importante estudar e se aprofundar a respeito das deficiências dos alunos com os quais diariamente nós, pedagogos e ou futuros, nos deparamos em sala de aula, tanto na rede regular de ensino quanto na classe especial. Nesse sentido, é importante atentar para o que ocorre dentro da sala de aula quando se tem alguma criança com alguma deficiência, para que possamos conduzir uma boa relação diante de nós como professores e dos colegas desse aluno.

Desta forma, o objetivo principal desse trabalho é conhecer como se desenvolve o processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais no sistema regular de ensino, tendo como referência uma instituição pública do Município de Miracema do Tocantins, TO. Partindo desse objetivo a ser estudado, outros secundários emergem tais como: (i) discutir o conceito de inclusão, bem como a sua concretização no ensino regular, focando, principalmente, os anos iniciais do Ensino Fundamental; (ii) identificar, por meio de observação em instituições educacionais que recebem estudantes com algum tipo de deficiência, como essas pessoas são vistas por docentes e discentes; (iii) por fim, conhecer quais ações didáticas e pedagógicas as instituições educacionais têm para integrar os estudantes com deficiência na dinâmica institucional.

Inclusão do aluno com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Para melhor entendermos a inclusão desse aluno, voltamos à história da inclusão escolar que nos revela que nem sempre as pessoas com deficiência tiveram reconhecimento; tal fato foi uma grande jornada de lutas conquistadas durante séculos que ainda hoje precisam continuar. Segundo Sasaki (1997), essas lutas tiveram início na Idade Contemporânea com as conquistas de direitos das pessoas com deficiência e, no decorrer da história, os países tiveram uma preocupação em reabilitar essas pessoas. Em relação a isso, o Brasil não possuía nenhum tipo de atendimento especializado pois, segundo relatos, no passado essas pessoas eram excluídas da sociedade, porque se acreditava que causavam ameaças ao sistema de ensino, o que se gerava preconceito e discriminação.

No final da década de 80 as crianças com deficiência foram aos poucos sendo integradas nas escolas regulares e frequentavam apenas meio turno. Nesse período também houve diversos movimentos sociais em busca de direitos para pessoas com deficiência, quando se reforçou a inclusão também na sociedade (ABRÃO e SOUZA, 2012). A Constituição Federal trouxe novas diretrizes à

Educação Especial; após dois anos foi sancionada a Lei de bases das Diretrizes da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, no Brasil, a qual estabelece e define o direito ao acesso da criança com deficiência ao sistema regular de ensino, trazendo melhorias ao país em vista de uma educação de qualidade. As leis vêm garantir a educação e a cidadania a todas as pessoas e um atendimento especializado que lhes é de direito (RODRIGUES, 2006).

O processo de inclusão vai muito além de colocar um aluno com deficiência dentro da sala de aula, porque o mesmo deve tornar-se parte do processo de aprendizagem. A inclusão deve abranger um todo. Ao falarmos em inclusão, não nos referimos apenas ao aluno com deficiência, mas a um trabalho conjunto, no qual todos estejam no processo, ou seja, pensar a educação como um todo (ABRÃO e DUARTE, 2017). A inclusão é um desafio que deve ser enfrentado, sendo que o diálogo com os educadores que vão atuar nesta nova demanda que tende a cada dia crescer mais é necessário e urgente. As crianças e também os adolescentes com deficiência devem estar nessas instituições de ensino regular, pois as mesmas têm direitos como qualquer outra criança que não possua qualquer tipo de deficiência. E ainda:

Aos alunos com necessidades educacionais especiais deverão ser dispensados apoio contínuo, desde a ajuda mínima nas classes comuns, até a aplicação de programas suplementares de apoio pedagógico na escola, ampliando-os, quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoal de apoio externo (BRASIL, 1994, p.32).

Percebe-se o direito de igualdade dos educandos com deficiência a uma educação de qualidade. Logo, para isso a escola precisa estar preparada para o que representa 23,9% da população que tem algum tipo de deficiência, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (BRASIL, 2010). Em relação aos futuros professores, estes se sentem inseguros diante do novo, ou seja, da possibilidade de receber uma criança com deficiência na sala de aula, sobretudo, nos anos iniciais, devido ao seu despreparo. Percebe-se, também, que as escolas não estão preparadas e não dão conta das mudanças propostas a uma educação aberta às diferenças, ou seja, a aceitação e permanência desses alunos com deficiência na sala de aula. Se vamos pedir às escolas para diversificar sua resposta e criar serviços adaptados a populações que nunca estiveram lá antes, é essencial que mais recursos e materiais sejam endereçados à escola. A educação inclusiva pressupõe uma escola com uma forte confiança e convicção de que possua os recursos necessários para fazer frente aos problemas (RODRIGUES, 2006, p.310). É necessário que a escola ofereça um processo de ensino-aprendizagem de boa qualidade, principalmente em relação à Educação Especial na escola. Nessa perspectiva se espera um trabalho colaborativo, que propicie práticas pedagógicas inclusivas, sendo que o seu objetivo

estaria no desenvolvimento de metodologia de ensino para uma socialização do aluno com deficiência (ABRÃO e DUARTE, 2017).

Crianças com alguma necessidade especial estão sendo incluídas e direcionadas para classe, ditas como “normais” e estão realizando atividades que não são adequadas a elas. A integração, mesmo sendo desejada, pode entrar em choque com a aprendizagem e com o desenvolvimento da criança, mas por outro lado pode ser benéfico para as outras crianças da classe. O papel da escola, por sua vez, é a transformação social, ou seja, facilitar a integração dessas crianças na sociedade para então educar para transformar.

A LDB nº 9394/96, no seu art. 58, define: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. A lei determina que a educação especial deve ser oferecida na rede regular de ensino, porém que se dê preferência a crianças com necessidades especiais em classes normais; para isso essas crianças não podem ser jogadas diretamente em classes normais sem que haja preparação para recebê-las (BRASIL, 1996)

Apesar das crescentes taxas de alunos com deficiência em escolas públicas ou privadas no Brasil, muitos não conseguem alcançar a etapa final da Educação Básica e muitos não concluem seus estudos. Logo, a inclusão nos anos iniciais do fundamental se enfraquece nos anos finais dessa mesma etapa, uma vez que esse sistema tem retido os alunos, seja pela falta de estrutura oferecida pelas escolas, ou, também, pelo vínculo muito distante do professor. Sobre esta questão, a já mencionada Declaração de Salamanca, utilizada como referência para subsidiar nossas políticas públicas educacionais, entre suas proposições, coloca que:

Jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. [...] O currículo para estudantes mais maduros e com necessidades educacionais especiais deveria incluir programas específicos de transição, apoio de entrada para a educação superior sempre que possível e consequente treinamento vocacional que os prepare a funcionar independentemente enquanto membros contribuintes em suas comunidades e após o término da escolarização. Tais atividades deveriam ser levadas a cabo com o envolvimento ativo de aconselheiros vocacionais, oficinas de trabalho, associações de profissionais, autoridades locais e seus respectivos serviços e agências (UNESCO, 1994, p.13).

No entanto, o preconceito persiste mesmo na atualidade no mundo dito “civilizado”. Sob esta perspectiva, entendemos que a deficiência deve ser compreendida como uma condição interna individual que afeta significativamente o processo de ensino e aprendizagem, o qual poderá ser prejudicado em função da precária formação educacional oferecida. Portanto, o maior desafio da educação inclusiva é romper com as práticas educativas que não levam em consideração as especificidades dos alunos e seus diferentes tempos e modos de aprender. Este é o verdadeiro princípio da inclusão apontado na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p.5):

Todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

É necessário ponderar que a inclusão de alunos com deficiência em classe do ensino regular implica modificações profundas na estrutura e funcionamento da escola. Como lembra Blanco (2007, p.07),

Os sistemas educacionais seguem oferecendo respostas homogêneas, que não satisfazem às diferentes necessidades e situações do alunado, o que se reflete em altos índices de reprovação e evasão escolar, que afetam em maior medida às populações que estão em situação de vulnerabilidade. Os sofrimentos desses professores são manifestados pela frustração, pelo sentimento de abandono. Esses docentes, na sua grande maioria, não foram preparados para lidar com a diversidade, pois muitas vezes ficam sozinhos dentro da sala de aula, com esse aluno e também acompanhado de outros e tem que dar conta dele e de todos os outros, isso muitas vezes se torna uma tarefa quase impossível.

Cabe salientar que a materialização de políticas públicas que ofereçam melhores condições de trabalho para os professores se faz necessária em nosso contexto educacional. Portanto, é necessário um maior envolvimento na participação dos professores, pois são os mesmos que enfrentam barreiras e dificuldades no seu dia a dia dentro da escola. Diante disso podemos perceber que, apesar da grande quantidade de pesquisas que tem como o foco o professor e os cursos de capacitação oferecidos pelas redes de ensino, poucas mudanças aconteceram nas práticas educativas.

As políticas públicas fazem referência a direitos e deveres, mas isso por si só não é o bastante para garantir uma inclusão verdadeira, considerando que apenas as

leis não são suficientes; além delas, e preciso que haja condições e recursos humanos pedagógicos para que realmente isso seja aplicado na realidade da escola, com resultados que sejam satisfatórios. Para que tudo isso venha acontecer, o primeiro passo é, fundamentalmente, uma mudança de mentalidade do corpo docente da escola.

Docentes e discentes recebem o estudante com deficiência

Podemos identificar, na história da humanidade, a desigualdade social, econômica e cultural, principalmente quando nos referimos às pessoas com alguma deficiência. A educação escolar pode contribuir para conscientizar, mas pode também ser um processo contrário, assim aponta Brandão (1986, p.10).

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos.

Nasce a necessidade de construir um paradigma que parta dos anseios de que todos, sem distinção, devem ser incluídos, não importando qualquer que seja a etnia e/ou cultura e/ou orientação sexual e/ou deficiência. Percebemos que o problema na escola de ensino regular se dá, muitas vezes, pelo o excessivo número de estudantes por sala, o que favorece a indisciplina e dificulta a convivência escolar entre aluno com deficiência. A dificuldade pode estar, além das condições de trabalho docente, na indisponibilidade por parte dos mesmos em aceitar e respeitar o estranho e compreender o diferente. Consideramos que o processo, embora esteja a passos curtos, está avançando principalmente em dois aspectos: o suporte da sala de aula de recursos, e também entre alguns colegas de classe e família. Segundo O'Brien (1992, 1993, 1994, apud STAIMBACK; STAIMBACK, 1999, p. 53):

Entre os benefícios que os alunos das escolas inclusivas, desde a educação infantil até o ensino médio, comumente relatam está a descoberta de pontos em comum com pessoas que superficialmente parecem e agem de maneira muito diferente; ter orgulho em ajudar alguém a conseguir ganhos importantes, aparentemente impossíveis; ter oportunidade de cuidar de outras pessoas; agir consistentemente baseados em valores importantes, como a promoção da igualdade, a superação da segregação ou a defesa de alguém que é tratado injustamente; desenvolver habilidades cooperativas na resolução dos problemas, na comunicação, na instrução e na prestação de ajuda pessoal; aprender diretamente sobre coisas difíceis, incluindo a superação do medo das diferenças; resolver problemas de relacionamento ocorridos em aula; lidar com comportamento difícil, violento ou

auto destruidor; lidar com os efeitos de questões familiares no coleguismo; enfrentar e apoiar um no outro durante enfermidades graves ou morte de alguém de sua própria idade.

As amizades conquistadas pelos alunos fazem-nos sentir realmente membros de suas comunidades e a ter oportunidade de aprender o respeito, em uma sociedade inclusiva. Assim, propicia a construção de comunidades seguras e protetoras que evitam a exclusão pelo isolamento de indivíduos ou grupos. Para Perrenoud (1999, p. 2):

Quase a totalidade das ações humanas exige algum tipo de conhecimento, às vezes superficial, outras vezes aprofundado, oriundo da experiência pessoal, do senso comum, da cultura partilhada em um círculo de especialistas ou da pesquisa tecnológica ou científica. Quanto mais complexas, abstratas, mediatizadas por tecnologias, apoiadas e modelos sistêmicos da realidade forem consideradas as ações, mais conhecimentos aprofundados, avançados, organizados e confiáveis, elas exigem.

Corroborando com a afirmação de Perrenoud, Ferreira (2006, p. 3-4) afirma que:

A construção de escolas de qualidade e inclusivas para todos deve, dessa forma, necessariamente envolver o desenvolvimento de políticas escolares de desenvolvimento profissional docente com vistas a prepará-los pedagogicamente para trabalhar com a pluralidade sócio-cognitiva e experiencial dos estudantes por meio de enriquecer [sic] conteúdos curriculares que promovam a igualdade, a convivência pacífica, a aprendizagem mútua, a tolerância e a justiça social.

É importante que o preconceito seja combatido, mas por meio de ações efetivas. Para que aconteça a inclusão é essencial a formação dos professores, de acordo com a LDBEN de 1996 no artigo 59, no qual prevê “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p.22). Portanto a escola precisa que seu corpo docente reveja sua formação para que a mesma seja uma formação continuada, mas que o sistema de ensino se comprometa com esse professor. Portanto, o educador precisa se adaptar para implantar e elaborar propostas de ensino para atender a todos os alunos e, também, àqueles que tenham algum tipo de deficiência para estimular a aprendizagem e assegurar sua permanência na escola.

Prietro (2006) em seus estudos menciona que “as instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não têm demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças, nem de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedades”. A Lei N° 13.146, que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê que haja tratamento e inclusão

desse aluno com deficiência, com igualdade. No mesmo documento também é reforçado que tanto o Estado, Família, sociedade quanto o ambiente escolar assegurem uma educação de qualidade, colocando o aluno a salvo de qualquer risco de violência e também de discriminação (BRASIL, 1992).

Nos dias atuais sabemos que ensinar é um processo que envolve muitas ações, como domínio do conhecimento acerca do que é ensinado, competência técnico-pedagógica, planejamento entre outras. Para que a inclusão ocorra pressupõe uma significativa reforma do sistema educacional com modificações nas formas de ensinar e avaliar. Por isso é um grande desafio fazer com que a inclusão ocorra. O desafio colocado para esses professores é muito grande e eles continuam não preparados para desenvolver as estratégias de ensino, mas o que acontece na realidade é que este aluno com deficiência está na escola, e por isso cabe a cada um encarar esse desafio, estando preparado ou não. O fato de o professor não saber como ensinar aquele aluno com deficiência acaba por levar este professor a buscar resposta fora da sala de aula, para solucionar o insucesso que vivencia em sua classe.

Por outro lado, sabemos que as escolas hoje têm o devido conhecimento acerca das leis de inclusão, bem como da obrigatoriedade da garantia da vaga para esses alunos com necessidades educacionais especiais, mas apontam como culpado os suportes necessários para a sua implementação. A realidade é que seu corpo docente continua não preparado para receber esses alunos. Diante de tal processo sobre percepção de inclusão, muitos professores de hoje não conhecem as políticas públicas de inclusão, sendo que há uma urgência em relação ao professor. Apesar de cursos oferecidos pelas redes de educação, o que vimos hoje, seriam poucas mudanças efetivas nas práticas de ensino; aí surge a necessidade de estudos que investiguem e intervenham diretamente nas práticas educativas de inclusão.

De acordo com Mantoan (1999), nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprendizagem. Em uma palavra, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. A integração pode ser uma aproximação do ensino especial ao regular, gerando discussões. Quanto à inclusão, a autora discute os conceitos políticos e a organização da educação especial e regular assim como o conceito de integração. Ambos, embora pareçam ter sentidos iguais, compreendem formas diferentes de inserção, ou seja, a integração implica estar apto a conviver em sociedade com a pessoa com deficiência. E a inclusão pressupõe ver, nas mudanças da sociedade, uma forma de uma pessoa com deficiência desempenhar sua cidadania e seu desenvolvimento, o que também implica que a escola possa ter novos processos perante o ensino. Também não basta somente a presença desse aluno com

deficiência na sala de aula, ou seja, é preciso que haja uma interação com o professor, o que da mesma forma implica uma perspectiva de uma transformação educacional (ABRÃO e SOUZA, 2012).

Procedimentos metodológicos

O presente estudo se estruturou da seguinte maneira: escolha do campo de investigação, do cenário, do participante, dos procedimentos de coleta e análise dos dados e por último a discussão desses dados. O campo de investigação selecionado para a realização desse estudo foi uma escola municipal de ensino regular localizada no município de Miracema do Tocantins, com objetivo de observar o dia a dia de uma sala com um aluno com deficiência. Nesse caso, realizou-se a observação do sujeito escolhido para este estudo, chamada Larissa, uma aluna com surdez que se encontrava sem a presença de um intérprete em sala, no ano de 2017. Foram realizadas 16 observações de 2 horas cada uma.

Para esta pesquisa foram utilizados os métodos de pesquisa de campo. Normalmente é um elemento importante para a pesquisa, ou seja, aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e sistema. Neste sentido, para buscar fundamentar este trabalho, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa que, segundo Silva (2010), busca uma maior compreensão dos significados e características presentes no cotidiano dos participantes da investigação científica.

Sendo assim, com o intuito de saber quais os métodos que estes professores estavam utilizando para a inclusão do aluno com deficiência, buscou-se observar se estes profissionais estavam realmente preparados técnica e materialmente para trabalhar a inclusão dos alunos nessa etapa de ensino. Tal fato não significa que o aluno especial é de responsabilidade do professor, mas sim de toda a unidade escolar.

Resultado e discussão

Por meio das observações realizadas dentro da escola, analisando o cotidiano de uma aluna com deficiência no sistema regular de ensino, verificou-se até onde esse sujeito se encontra incluído. Ao investigar a legislação e alguns textos para elaboração do presente estudo sobre a educação inclusiva, estes revelaram que, para uma renovação pedagógica, é preciso que em primeiro lugar a escola e a sociedade se adaptem ao aluno com deficiência, e não o contrário. Considera-se, também, o professor como um agente determinante da transformação da escola que deve estar preparado adequadamente para gerenciar o acesso às informações e conhecimentos por parte dos alunos.

Durante a coleta de dados notou-se uma relação boa da aluna com alguns professores, sendo eles os mesmos que de fato se preocupavam com sua aprendizagem na sala. Porém, em relação aos outros professores, não ocorreu o mesmo, pois havia docentes que permaneciam dando sua aula como se não houvesse uma pessoa que precisasse de uma atenção especial presente ali em sala. Às vezes iam ao encontro da aluna e perguntavam se a mesma tinha alguma dúvida. Dessa maneira, o professor não estava investigando a aprendizagem desse aluno.

Diante de tais informações no decorrer desta pesquisa percebeu-se que a inclusão é processo pelo qual toda escola passa, pois apesar de Leis que garantem a permanência do estudante com algum tipo de deficiência, na escola nem sempre isso pode ser cumprido. Podemos concluir que a inclusão, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ainda precisa de ajuste, pois as Leis existem, mas nem sempre são cumpridas de fato pela unidade de ensino.

Observou-se que, na realidade, que nem todos os professores estão preparados para a educação inclusiva, o que pode ser motivo de resistência para alguns desses profissionais, em relação às inovações educacionais, como a inclusão, considerando que a proposta de uma educação para todos é válida, porém está longe de ser cumprida. Tudo isso levando em conta uma escola da rede pública que recebe uma numerosa quantidade de alunos e também as circunstâncias em que trabalha o profissional. Portanto, como um espaço inclusivo, a escola deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção.

A pesquisa e as observações feitas em sala demonstraram que o aluno com deficiência está parcialmente integrado no sistema regular de ensino, e, também, que os professores da unidade escolar não estão capacitados, via formação continuada, para dar um atendimento adequado a esse aluno com deficiência, visto que os mesmos mostram insatisfação, despreparo, sugerindo uma formação mais adequada, embora a maioria diz fazer atividades para atender aos alunos com deficiência. Portanto, há necessidade de mudanças na formação dos professores para que desenvolvam competências necessárias a um atendimento adequado aos alunos que possuem algum tipo de deficiência ou não; quando ocorrer de fato a integração desse aluno, a escola será uma instituição de ensino para todos.

Diante de tal problema foi possível indagar a respeito das contradições presentes no cotidiano escolar de ensino regular. A educação inclusiva requer, na realidade, uma convivência passiva de todos os sujeitos. Essa escolha deve oferecer meios para identificar as barreiras e, então, derrubá-las. O objetivo é que este trabalho contribua para a superação de preconceitos em vista da educação de qualidade para todos.

Ações didáticas e pedagógicas para integrar o estudante com deficiência na instituição regular educacional

Por muito tempo a educação especial não foi vista como a forma mais apropriada para o atendimento de estudantes que apresentavam deficiências ou que não se adequassem à estrutura rígida dos sistemas de ensino (ABRÃO e SOUZA, 2012). Tal fato perdurou na história da educação especial, ou seja, aspectos que estavam diretamente ligados à deficiência. No entanto, no campo da educação isso vem se modificando, pois os conceitos, a legislação, as práticas educacionais têm indicado a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial.

No entanto, mesmo com a mudança que aponta para a organização de sistemas educacionais que possam garantir o acesso de estudantes com deficiência à participação e à aprendizagem, as políticas do sistema de ensino não alcançaram esse objetivo (ABRÃO E BAYSDORF, 2013). A realidade escolar hoje demonstra práticas voltadas para a busca do mesmo, uma vez que muitos profissionais não trabalham com a diversidade, fato este que denota que essas escolas não são e não estão estruturadas para tal processo. Sendo assim, não se está repensando o processo de ensino aprendizagem ou como de que forma o educador possa contribuir para se fazer a inclusão desse aluno com deficiência.

A Educação Inclusiva não pode significar, portanto, como levemente vem acontecendo em alguns sistemas escolares, a descontinuidade dos serviços da Educação Especial. Muito pelo contrário, de certa forma, esses serviços são até ampliados na medida em que esta deixa de ser uma modalidade paralela, tornando-se um elemento integrante e integrador presente no cotidiano de todas as escolas (GLAT, 2007, p. 187).

A possibilidade de futuro da resposta de Educação Inclusiva depende da reformulação curricular no curso de formação de professores, pois o curso de pedagogia traz muito pouco sobre a escolarização de alunos com deficiência. De modo geral ainda não incorporam em suas grades conteúdos, atividades e aulas práticas que possibilitam a atuação desse profissional como futuros docentes ou para que o mesmo possa ser capaz de desenvolver práticas pedagógicas para todos os alunos (ROSA, 2008).

A inclusão da pessoa com deficiência representa uma mudança na sociedade como pré-requisito para que o aluno possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania e, para tal, são necessárias transformações nos ambientes físicos. Além disso, propõe-se que a sociedade valorize as diferenças e aprenda a conviver com ela. Uma consequência imediata visível é a educação especial que propõe provocar a aproximação do ensino regular e o especial. Cabe ressaltar que a educação inclusiva é

muito importante, pois quando deixarem de existir instituições especiais segregadas de instituições consideradas normais, o preconceito, o estereótipo e o estigma irão diminuindo a partir do momento em que as crianças com deficiência passarem a conviver com outras que não possuam nenhuma deficiência; por isso, não será escondendo as diferenças, mas ensinando a conviver com elas e reconhecendo suas semelhanças que ocorrerá a inclusão social e educacional.

Um dos fatos mais discutidos é a inclusão de alunos com deficiência nas escolares regulares. Alguns acreditam que o aluno com deficiência é mais excluído na escola de ensino regular, por não conseguir acompanhar os demais colegas na aprendizagem e por isto deveria ser preservado e frequentar a escola especial, onde estaria com crianças "iguais" e, assim, não precisaria lidar com este desafio. Outros educadores acreditam que o aluno com necessidades especiais deve frequentar a escola de ensino regular, justamente pela riqueza que surge através da diversidade (ROSA, 2008, p.215).

A escola, por ser um ambiente no qual valores e atitudes se formam, precisa desenvolver um projeto educacional inclusivo, onde se possa compartilhar as mesmas atividades, ou seja, possibilitar de fato a inclusão. De acordo com Monteiro (1997), leis federais garantem ao aluno com deficiência ingresso em turmas de ensino regular; entretanto, os profissionais da educação precisam de uma qualificação específica para que não haja atitudes preconceituosas.

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem a negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (GLAT e NOGUEIRA, 2002, p.26). Apesar de todas as políticas públicas existentes, as crianças com necessidades especiais têm a oportunidade de frequentar as escolas de ensino regular, embora muitas vezes encontrem nessas escolas professores despreparados e poucos recursos que garantam o sucesso e permanência desses alunos.

Como citado acima, o despreparo desses profissionais da educação acaba afastando esse público dos estudos, pois deixam de procurar maiores qualificações, tornando o acesso ao trabalho ainda mais difícil. O sistema educacional necessita desenvolver ações efetivas que alcancem, por meio da educação, os direitos à cidadania, ou seja, ações que atendam a todos, sem discriminações, de modo a haver condições de participação efetiva na construção do conhecimento.

O primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos é aprender a conviver com a diversidade; isso reforça que as políticas de inclusão devem ser adotadas para que alunos anteriormente excluídos possam fazer parte das escolas comuns ou regulares. Nisso podemos identificar benefícios trazidos pelo processo de inclusão desses alunos com deficiência nas escolas de ensino regulares. Tais não se aplicam somente para os mesmos, e sim para os demais colegas e para a comunidade escolar.

Para que de fato seja uma escola inclusiva, não basta somente receber esses alunos; deve-se antes fazer um levantamento das adaptações a serem feitas na escola, para poder receber os alunos. Primeiramente, deve-se pensar em adequação de portas para passagem de cadeiras de rodas, rampas de acesso, banheiros adaptados e bebedores, conserto de pisos irregulares, retirada de obstáculos, mesas adequadas, entre outros. Além disso, o mais importante é adotar métodos e práticas de ensino adequados às diferenças do educando, além de materiais e equipamentos que facilitem a aprendizagem.

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania (XAVIER, 2002, p.19).

Podemos perceber outro ponto relevante seria um trabalho com toda a unidade escolar, ou seja, uma forma de conscientizar para que todos possam aceitar as diferenças individuais, uma forma de aprendizado. A comunidade escolar deve ver a inclusão como ponto positivo, pois muitas coisas boas e positivas podem vir com ela; percebe-se que só assim aprenderemos a entender e conhecer a outro e a conviver com pessoas diferentes; por isso, o processo de inclusão não deve ser ignorado. As escolas também constroem personalidades, críticas, ou seja, as crianças aprendem a ser pessoas. Por isso, quando se falar acerca de um ambiente educativo, estamos falando também de inclusão, onde se ensinam e valorizam diferenças pela convivência, considerando que todos os educandos têm a mesma possibilidade de aprender dentro de uma mesma turma.

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige a ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino (PRIETO 2006, p. 40).

A inclusão é um processo benéfico para ambas as partes, pois pode trazer ganhos não apenas para os alunos que são incluídos, mas a todos da unidade escolar. Primeiramente para os alunos com deficiência, visto que possibilita a eles ocupar um espaço que antes não ocupavam e, também, a exercer seus direitos como cidadãos, convivendo com todos da sua escola. A socialização dessa criança faz com que a mesma possa vencer desafios que a vida traz e, o mais importante, fazendo-a sentir-se cada vez mais capaz. A inclusão aumenta as possibilidades desse indivíduo de estabelecer laços de amizade, que se desenvolvem física e cognitivamente, e passam a ser membros ativos da escola. Esses alunos passam a ver o mundo por uma nova versão, porque o convívio com outras pessoas proporciona pensamentos diferentes, o que é essencial na formação de qualquer pessoa, tendo ela alguma deficiência ou não; isso não é diferente para essas crianças.

Os alunos com deficiência aumentam sua capacidade de atenção, comunicação e participação em atividades em menor tempo do que se fossem educados em salas de aulas especiais, pois quando estão na sala de aula, eles desenvolvem aspectos afetivos e sociais e constroem um círculo de amigos que os ajuda nas atividades da sala de aula. Assim, esse aluno se torna mais comunicativo e também se percebe a autoaceitação e autovalorização, por parte do educando, porque eles percebem que são diferentes dos demais, mas aceitam e não se sentem inferiores por isso. É importante dizer sobre benefícios trazidos aos pela inclusão desse aluno, pois eles se sentem motivados e encorajados a participar da educação do filho, quando são incluídos em salas de aulas regulares de ensino.

Podemos afirmar que a inclusão afeta as outras crianças sem deficiência, pois eles conhecem e aprendem a lidar com o diferente, e aceitam o outro do jeito que são. Passam a ser tolerantes e solidários, tornam-se mais sensíveis à discriminação que acontece ao seu redor, e também valorizam essas pessoas, e passam a ver com mais naturalidade a presença de pessoas com cadeiras de rodas, aparelhos de surdez, entre outros.

Escolas são construídas para promover educação para todos; portanto, todos os indivíduos têm o direito de participação como membro ativo da sociedade na qual estas escolas estão inseridas. Todas as crianças têm direito a uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante ao seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social (BARBOSA, 2010, p.1).

Os alunos que convivem com as crianças que têm algum tipo de deficiência irão levar para a vida lições aprendidas no convívio dentro da sala de aula, como por exemplo, tolerância, respeito, solidariedade entre outros; isso irá aparecer no decorrer dos dias e terá influência desde cedo nos alunos que passarão a perceber e a conviver com as diferenças, sem preconceito.

A inclusão, apesar de ser um processo que ainda precisa ser revisto, é um grande desafio nos dias atuais. É importante relatar aqui que esses investimentos trazem muitos benefícios para a instituição porque, quando a escola se preocupa com esse aluno com deficiência, ela não está mostrando para a sociedade apenas que está cumprindo a Lei, mas sim que, de alguma forma, está preocupada com a formação dos seus educandos, ou seja, conscientizando-os sobre o respeito às diferenças (ABRÃO e DUARTE, 2017).

Sendo a escola o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade, há necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos. Portanto, sabemos que esse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação. Percebemos que, em relação à comparação entre a legislação e a realidade educacional, especialmente no ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental, não se consolidou da forma desejada a proposta de educação atual, visto que ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva (MONTAAN, 1999).

Para uma educação de qualidade é preciso um redimensionamento da escola não somente quanto à aceitação, mas, também, na valorização das diferenças, o que concerne ao de aprender e construir. Por outro lado, o processo de inclusão já está posto e não se trata de desativar o que está em funcionamento, mas, sim, de buscar alternativas e formas de articulações que possibilitem esse processo de novo modo de ver e de pensar a escola. Portanto, para que se efetive a inclusão dos alunos no sistema regular de ensino não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são medidas essenciais, porém não suficientes.

As Unidades Escolares de Ensino devem oferecer vagas e matrículas para todos os alunos, sim, sendo isso um atendimento com equidade aos educandos com necessidades especiais e com deficiência e, principalmente, devem assegurar-lhes condições necessárias para a permanência e aprendizagem. A inclusão desse aluno representa a ousadia de rever concepções e paradigmas bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades (MONTAAN, 1999).

Considerações do processo

Tendo por base os dados obtidos, percebe-se que, por meio desse estudo, foi possível analisar o objetivo alcançado que buscou, principalmente, discorrer sobre a política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização no ensino e aprendizagem de alunos com necessidades especiais; também apresentou como tema

a presença do aluno com deficiência no sistema regular de ensino, observando o comportamento entre aluno e professor dentro e fora da sala de aula.

Um aspecto de grande relevância nesse trabalho foi verificar que a inclusão de alunos com deficiência é possível, desde que seja muito bem estruturada e pensada, e não apenas colocar o aluno na sala. Dessa forma, é possível concluir que se pretendemos postular um trabalho na perspectiva da inclusão escolar, é preciso que se disponibilize o apoio e suporte advindos dos conhecimentos específicos da área da Educação Especial. A pessoa com deficiência sempre é considerada como alguém fora dos padrões; sem dúvida, é um dos maiores desafios da sociedade. Com esta pesquisa buscou-se estabelecer com os professores circunstâncias interativas, com objetivo de identificar barreiras e derrubá-las para que possamos ter uma educação de qualidade para todos, tendo alunos com deficiência ou não.

Referências

ABRÃO, K. e SOUZA, A. A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais em classes regulares de Educação Infantil. **Ciências & Letras**, n.52, p.93-106, 2012.

_____. e BAYSDORF. G, O Trabalho docente do Professor de Educação Física em Escolas com Diferentes Fatores Socioeconômicos e Demográficos: Estratégias e Saberes Construídos. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí Ano 28 n° 91, p27-37, Set./Dez. 2013.

_____.e DUARTE, M. O papel da afetividade no processo de ensino e aprendizagem da criança com deficiência. **Revista Uniabeu**, v.10, n24 p. 1-18, 2017.

AMARAL, Ligia Assumpção; AQUINO, Julio Groppa (Org). **Diferenças e Preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus,1998.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, Lei 9394 de 1996, acesso em 05 de dezembro de 2008, Portal Ministério da Educação, Brasil).

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

BARBOSA, Heloiza. **Por que Inclusão?**. Disponível em: <<http://www.defnet.org.br/heloiza.htm>>. Acesso: 30/09/2016.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense. 1986. (Coleção Primeiros Passos: 20).

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>> Acesso em: junho. 2016.

BRASIL, **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei n° 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 16 abril 2018.

FERREIRA, Windyz B. Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. In: **Ensaio Pedagógico** - Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. (Questões Atuais em Educação Especial).

GLAT Rosana; NOGUEIRA Mário Lucio De Lima. Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar- Pontos e Contrapontos**. São Paulo. Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: SENAC, 1999.

MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. A interação de crianças com Síndrome de Down e outras crianças na pré-escola comum e especial. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo, 1997, p. 109-112.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspectivas sociológicas**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1993.

PRIETRO, Rosangela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais: um olhar sobre as políticas pública da educação no Brasil. In: **Inclusão escolar: Pontos e contrapontos**. Summs Editorial, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, D (org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação Inclusiva**. São Paulo: Summus, pp. 299-318, 2006.

ROSA, Rejane Souza. **A Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educativas Especiais em Escola de Ensino Regular**. Disponível em: . Acesso: 30/09/2016.

STAIMBACK S.; STAIMBACK W. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre, Artmed, 1999.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva. **Revista Integração**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>, acessado em 20/08/2017.

Recebido em: nov.2020

Aceito em: dez.2020